

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.536 - SP (2019/0277798-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ELEKTRO REDES S.A
ADVOGADOS : JACK IZUMI OKADA - SP090393
PRISCILA PICARELLI RUSSO - SP148717
FELIPE HIDEKI ZANELLA OKADA - SP367649
AGRAVADO : RODOVIAS DAS COLINAS S/A
ADVOGADOS : CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI E OUTRO(S) -
SP121994
CLAUDIA JUNQUEIRA ANTIPOU - SP373529
LUIZ FELIPE ROMEIRO GODOY - SP364546

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ELEKTRO REDES S.A. contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. Direito Administrativo. Concessão.

Obrigação de fazer. Concessionária de serviço de público rodoviário que busca seja compelida concessionária de serviço público de energia elétrica a, às suas expensas, remover e realocar poste de energia, conquanto necessária a remoção para fins de obras de implantação de obras de arte especial (viaduto) na rodovia SP-300 (via Marechal Rondon), tudo por força de contrato de concessão de rodovia, visando a segurança, fluidez e liquidez do tráfego. Sentença de primeiro grau que acolheu a pretensão.

1. Ainda que não normatizem o tema, os Decretos nºs 84.398/80 e 86.859/82 regulamentadores do Código de Águas, publicados antes da Constituição de 1988, foram recepcionados, eis que a revogação de norma inferior pela norma constitucional superveniente professa defeito por inconstitucionalidade material (no caso do nosso país revogação) e não formal.

Alegada revogação ou não do Código de Águas e seus regulamentos, aqui, não assume a repercussão pretendida, eis que a norma que disciplina a espécie, a Lei Nacional nº 8.987/95 (e as normas estaduais sobre o tema), dispôs sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e obras públicas.

2. Federação. Estamos em uma federação e um decreto federal (e também uma lei federal) não podem disciplinar bens ou interesses estaduais ou municipais. Trata-se de bem de uso comum do povo a ser utilizado como viabilizador, com menor onerosidade possível,

sendo irrelevante a implantação por concessionária de serviço público, porque não descaracterizados a natureza e o fim do serviço prestado e do bem público a ser melhorado ou adaptado.

Esta Câmara sempre entendeu que concessionária, por exemplo, de energia elétrica, não tem ônus quando instalar equipamentos, postes, cabos etc em servidões de rodovias (=nada paga para concessionárias de rodovias). Mas também não pode cobrar para retirar seus equipamentos, postes, cabos

etc por força de contrato de concessão da rodovia que implica em obras de melhorias na fluidez e liquidez do tráfego. Lembre-se, ambas então em idêntico patamar, seja concessionária da União, do Estado-membro ou do Município, sendo que estamos em um federação. A servidão é estadual e a concessionária de energia utiliza-se graciosamente tal bem, mas deve custear seus bens para retirá-los; caso tenha que instituir servidão em local privado, deve pagar por tal servidão.

3. Sentença mantida, majorados os honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, § 11, da lei adjetiva de 2015. Recurso da requerida não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 603-608).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 6º, I, do Decreto Federal 84.398/1980; 151, *a*, do Código de Águas; e 1.384 do CC, defendendo que a parte recorrida, concessionária da rodovia, a fim de que possa cumprir o contrato de concessão mediante efetuação de obra relativa a viaduto, é quem deve custear o remanejamento da rede elétrica nela existente, como consequência da servidão legal sobre as áreas *non aedificandi* das rodovias instituída em favor das concessionárias de energia. Assevera a inaplicabilidade de regulamentos editados pela própria recorrida (Regulamento para Autorização de Uso da Faixa de Domínio de Estradas e Rodovias do DER/SP) por serem contrárias às aludidas normas cogentes.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de fundo se relaciona ao regime jurídico aplicável para a resolução de conflito oriundo do cumprimento dos objetos de contratos de concessão de serviços públicos de administração de rodovia e de fornecimento de energia elétrica, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, I e XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator